





O ENSINO REMOTO E OS DESAFIOS DA ESCOLA PARA SUA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

REMOTE TEACHING AND THE CHALLENGES OF THE SCHOOL FOR ITS DIDACTIC-PEDAGOGICAL ORGANIZATION

Nildo de Oliveira Soares 
Rafael Neves da Cruz 
Rosilene Soares Costa 
Gisele Paula Batista 

RESUMO

Este artigo relata os desafios da escola na organização didático-pedagógica do Ensino Remoto para as turmas do 5º ano do ensino fundamental I. A problemática questionou, quais os desafios na implementação do Ensino Remoto no período 2020/2021. Objetivou-se conhecer esse processo, bem como os entraves e as soluções encontradas para as turmas de 5º ano, do Fundamental I. Verificou-se ainda como a escola lidou com aquele momento educacional durante a pandemia da COVID-19, bem como os caminhos que utilizou para contornar as dificuldades inerentes às aulas não presenciais. Metodologicamente o estudo se deu na abordagem da pesquisa qualitativa, de cunho exploratório com a utilização da técnica de entrevista semiestruturada, em que foi aplicada com os técnicos pedagógicos da escola campo. O texto se sustenta nas bases teóricas de Frigotto (2021), Saviani; Galvão (2021), Silva (2021), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública. Educação. Pandemia. Qualidade de Ensino.

ABSTRACT

This article reports the challenges of the school in the didactic-pedagogical organization of Remote Teaching for the 5th grade classes of elementary school I. The problem questioned, what are the challenges in the implementation of Remote Learning in the period 2020/2021. The objective was to know this process, as well as the obstacles and solutions found for the 5th grade classes, from Fundamental I. It was also verified how the school dealt with that educational moment during the COVID-19 pandemic, as well as the ways it used to overcome the difficulties inherent in non-contact classes. Methodologically, the study took place in the approach of qualitative research, of an exploratory nature, using the semi-structured interview technique, in which it was applied with the pedagogical technicians of the field school. The text is based on the theoretical bases of Frigotto (2021), Saviani; Galvão (2021), Silva (2021), among others.

KEYWORDS: Public Administration. Education. Pandemic. Teaching Quality.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa identificar os principais desafios na implementação do ensino remoto no âmbito de uma escola da Rede Pública Estadual, sediada na cidade de Macapá/AP. Desde os do início do ano de 2020, o sistema de ensino brasileiro no contexto da Pandemia do Novo Coronavírus, não diferente de outros países pelo mundo, viu-se diante de uma novíssima problema educacional, a da suspensão das aulas presenciais para todos os níveis e modalidades de ensino. Tal problemática desafiou os Governos (Federal, Estadual e Municipal), instituições de ensino e os próprios educadores em buscar, juntos, formas de minimizar os impactos que seriam causados por um novo formato de aulas que se avizinhava (Ensino Remoto). A principal motivação dos pesquisadores da temática em questão foi pelo fato de alguns vivenciarem a realidade no seu campo de atuação profissional (a escola).

Inicialmente, importa desmistificar o porquê deste novo formato de ensino nas escolas brasileiras. Para o Instituto Península (2021), o Ensino Remoto Emergencial é a denominação dada à mudança temporária na forma de ensinar, utilizando uma modalidade alternativa de transmissão de conhecimento devido a circunstâncias críticas. É importante ressaltar que autores associados ao Instituto têm buscado clarificar o tema conceitualmente e revelam que não se trata de uma nova modalidade de ensino, mas de uma ação, em caráter emergencial e que pode, ou não, fazer uso de recursos digitais. No Brasil, ocorreu em diferentes formatos, com a transmissão online de aulas síncronas por meio de diferentes plataformas, como *Meet*, *Zoom*, etc.; com o uso das mídias sociais, como o *WhatsApp*; por meio de programas de rádio e TV; com a utilização de materiais impressos (BACICH; MORAN, 2018).

O estudo reflete alguns aspectos desse formato de ensino que está sendo vivenciada por gestores, coordenadores, professores, alunos e pelas famílias diante desta nova realidade e práticas pedagógicas adotadas num esforço conjunto para que os alunos continuem tendo o acesso e permanência a uma educação de qualidade, desenvolvendo competências e habilidades de forma criativa, útil, se vendo como protagonistas do seu aprendizado e sujeito da sua própria história.

As bases teóricas são sustentadas por autores que se destacaram na produção acadêmica recente sobre o Ensino Remoto, como Baldes (2021), Behar (2020) e Silva (2021), que condicionam o sucesso de formas de ensino como a questões de

equidade social, esforço conjunto dos atores envolvidos, na formação, treinamentos, no apoio governamental e suporte às instituições de ensino. Outros estudiosos, a exemplo de Saviani; Galvão (2021) e Frigotto (2021) denunciam esta ação, opondo-se por apresentar dificuldades nas condições prévias para sua implementação e no próprio acesso pela comunidade escolar. Esses analisam tal situação como uma oportunidade de desmonte e precarização da educação pública e de aumento da exclusão educacional.

No contexto da pandemia da Covid-19¹, que provocou a suspensão das aulas presenciais nas escolas da rede pública, analisaremos as experiências da coordenação pedagógica na organização das atividades do Ensino Remoto para as cinco turmas do 5º ano do ensino fundamental I, bem como os desafios e as soluções encontradas na implementação e desenvolvimento desta nova estratégia de ensino, face às dificuldades econômicas, dificuldades de acesso aos recursos e ferramentas tecnológicas, o manuseio delas, o acesso à *internet*, as dificuldades de interação entre professores e alunos, da colaboração familiar, da capacitação pedagógica quanto ao uso dessas tecnologias, dentre outros aspectos que interferem no processo de ensino e aprendizagem desta estratégia pedagógica que é o Ensino Remoto.

Com isto, pretendemos traçar considerações sobre o êxito do Ensino Remoto ligado à vontade política por parte dos órgãos governamentais em destinar recursos, proporcionando o acesso à equipamentos e conectividade aos alunos e professores, bem como um esforço conjunto na capacitação de gestores, coordenadores e professores quanto ao uso dos recursos e ferramentas tecnológicas educacionais, sem deixar de pontuar a importância da participação e engajamento da família neste processo. Foi utilizada pesquisa de abordagem qualitativa com enfoque no estudo exploratório realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Nelita Rocha Brito Dias, da qual os sujeitos da pesquisa foram os seus técnicos pedagógicos e utilizando-se do modelo semi-estruturado de pesquisa, foi usado um questionário com perguntas abertas, realizado no dia 27 de outubro de 2021.

A seleção das turmas do quinto ano é um recorte interessante a considerar, pois, trata-se do fechamento do ciclo dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, no

¹ Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS (2021), a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2). A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou em 11 de março de 2020 que, a partir desta data, fora caracterizado estado pandêmico.

qual, busca-se um desenvolvimento básico de competências e habilidades através do domínio da leitura/escrita, cálculo, além da compreensão do que é ser cidadão e como exercer esse papel. O aperfeiçoamento dessas competências cognitivas e, também corporais básicas até o quinto ano, são de suma importância para que o aluno consiga dar prosseguimento à uma nova etapa de estudos, que são os anos finais do Ensino Fundamental, onde o estudante se aprofunda e amplia conceitos.

1 O MARCO REGULATÓRIO DO ENSINO REMOTO E A SUA IMPLEMENTAÇÃO

O SARS-CoV-2, alcançou *status* de pandemia, alastrando-se pelo mundo, afetando não só a saúde pública, mas vários aspectos da vida social e setores da nossa sociedade. As medidas de suspensão das aulas presenciais tomadas por governadores e prefeitos das cidades brasileiras para conter o aumento da disseminação dessa doença, obrigou os sistemas de ensino e as instituições de educação a buscarem novos recursos e metodologias para, de alguma forma, dar continuidade às aulas, na tentativa de evitar a retenção ou o abandono escolar. Sobre isso, Algebaile et al (2021), na obra *Trabalho docente sob fogo cruzado*, ressaltam que:

Neste momento, em que a pandemia afeta toda a humanidade, vale dizer, todos os povos, todos os países e suas classes, castas e grupos humanos, o trabalho docente recebe a pressão maior entre os serviços presenciais, porque supõem interação presencial, contínua entre um ou mais professores e seus alunos, implicando problemas de diversas ordens que podem abarcar desde os riscos de expansão do contágio as perdas no processo formativo em decorrência das suas novas condições de realização (ALGEBAILLE et al., 2021, p. 24).

No entanto, para que houvesse essas mudanças e adaptações no que diz respeito à essa estratégia de aulas não presenciais, era necessário que houvesse mudanças e ajustes em alguns aspectos da legislação que regula o sistema de educação no país, tanto em instituições públicas quanto privadas. Essas medidas tomadas seriam de natureza emergencial, enquanto perdurasse a crise sanitária da pandemia do Novo Coronavírus.

Com a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, estabelecendo emergência na saúde, em função da situação pandêmica, foi dada largada para criação de legislações específicas para o campo educacional. Assim, surge a Lei n. 14.040, de

18 de agosto de 2020, oriunda da Medida Provisória 934/20, que veio estabelecer formas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Em seu art. 2º, § 2º, destaca:

§ 2º A reorganização do calendário escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei obedecerá aos princípios dispostos no art. 206 da Constituição Federal, notadamente a igualdade de condições para o acesso e a permanência nas escolas, e contará com a participação das comunidades escolares para sua definição (BRASIL, 2020, p. 1).

Diz a lei que o Conselho Nacional de Educação editaria as demais diretrizes para o sistema educacional brasileiro, de modo a estabelecer que, para a Educação Infantil, o mínimo de dias letivos de carga horária fica dispensado. Já no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a dispensa de obrigatoriedade se refere ao número de dias letivos, que pode ser menos de 200 dias, desde que cumprida a carga horária mínima anual de 800 horas, desde que não haja prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem.

As legislações que se seguiram delegaram às Secretarias de Estado e às instituições escolares a prerrogativa de promoverem a reorganização e a flexibilização do seu calendário escolar, de dar prioridade a matrizes curriculares, definição de metodologias de ensino e orientações detalhadas sobre frequência e avaliação da aprendizagem para o ano letivo de 2020, com possibilidade de *continuum* currículo em 2021, objetivando o alcance mínimo das metas previstas nos planos estaduais e municipais no que diz respeito ao aproveitamento e à aprendizagem.

No Estado do Amapá, a Resolução 033/2020-CEE/AP, em seu art. 4º, orienta sobre o cumprimento das aulas:

VII - No Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional, excepcionalmente na atual situação emergencial, quaisquer componentes curriculares poderão ser trabalhados na modalidade não presencial, devendo ser registradas no plano de ação e devidamente comprovadas perante as autoridades competentes e farão parte do total mínimo de horas de atividade escolar obrigatória de acordo com o Art. 1º da Medida Provisória n. 934/2020 (AMAPÁ, 2020, p. 1).

Outras notas técnicas e pareceres do Conselho Estadual de Educação que se seguiram recomendaram o currículo *continuum* e outras ações de intervenção

pedagógicas que atenuassem a evasão e a retenção escolar, como indicado no Parecer 011/2020, do CNE, em seu item 7.1, "Recomendações Gerais para os Sistemas de Ensino/ Flexibilização regulatória":

Um dos pontos mais importantes para a reorganização dos calendários escolares e replanejamento curricular de 2020-2021 é a revisão dos critérios adotados nos processos de avaliação com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar [...] No entanto, recomenda fortemente adoção de medidas que minimizem a evasão e a retenção escolar neste ano de 2020. Os estudantes não podem ser mais penalizados ainda no pós-pandemia (BRASIL, 2020, p. 1).

Nesse entendimento sobre a flexibilização regulatória do Parecer 011/2020 do CNE, que a Resolução 033/2020-CEE/AP estabelece no Art. 4º sobre as premissas para a reorganização do calendário escolar e apresentação de plano de ação:

IV - Utilizar, para a programação da atividade escolar obrigatória, todos os recursos disponíveis, desde orientações impressas com textos, estudo dirigido e avaliações enviadas aos alunos/família, bem como outros meios remotos diversos (BRASIL, 2020, p. 1).

Na sequência, a Nota Técnica 001-2020-NIOE-SEED-AP, criada no sentido de orientar a Rede Estadual de Ensino, diante da suspensão das aulas presenciais, detalha o cumprimento da carga horária mínima de 800 horas, bem como a reorganização do calendário escolar, das diretrizes para o currículo *continuum* na rede estadual, avaliação, dentre outros casos específicos, tudo, dentro de um contexto estratégico de Ensino Remoto, quando, por exemplo, discorre sobre o processo de interação pedagógica entre estudante e professor, de forma satisfatória.

Com todo o amparo legal e as orientações produzidas pelas instituições reguladoras dos diversos âmbitos, Federal e Estadual, foi possível aos estabelecimentos de ensino darem início a implementação do Ensino Remoto no Estado do Amapá. E assim se deu, com a utilização de equipamentos como *smartphones*, *notebooks* conectados à *internet*, utilizando portais, sites e aplicativos como forma de comunicação, pesquisa, desenvolvimento de aulas e atividades pedagógicas, dando início a uma corrida contra o tempo para "salvar" o ano letivo nas unidades de ensino público e privado.

Não obstante, apesar de todo o esforço realizado na adaptação e implementação de ações de intervenção, a exemplo do Ensino Remoto Emergencial, sabe-se que a crise causada pela pandemia do SARS-CoV-2 requereu muito mais que

isso. As vidas perdidas, a situação econômica, o poder aquisitivo diminuído, o aumento da pobreza e da miséria extrema, as famílias atingidas por essas mazelas, tudo isso dificulta o processo de aprendizagem e o trabalho dos profissionais da educação que atuam no Ensino Remoto, limitando e, muitas vezes, impedindo o acesso a este recurso.

Sendo assim, faz-se necessário em nossa pesquisa contextualizar o uso do Ensino Remoto Emergencial no atual cenário da pandemia que se estende sobre o Brasil, gerando consequências socioeconômicas que afetam o sistema educacional no país e no Estado do Amapá, bem como as políticas públicas existentes para viabilizar a utilização deste tipo de intervenção de forma a garantir ampla acessibilidade a educação e qualidade no processo ensino aprendizagem nestes tempos de calamidade na saúde pública.

Além dessa contextualização sobre o uso de estratégia pedagógica nos sistemas de ensino, outro ponto a ser estudado em nossa pesquisa é o fato de que a tecnologia mudou a forma de viver, de produzir, de consumir, interagir e exercer a nossa cidadania. Lopes (2019, p. 1) afirma que pensar sobre as tecnologias na educação não é reinventar a roda, "é refletir sobre nossas práticas pedagógicas, que, com o apoio de determinados instrumentos, podem facilitar e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem".

Cabe destacar que não basta um amontoado de tantas tecnologias que surgiram para a realização do Ensino Remoto. É preciso que as escolas, com seus técnicos e professores, entendam a realidade do momento, e pensem no modo de como adequar as novas tecnologias aos seus processos que já existem na educação, como currículo, PPP, sistemática de avaliação, entre outros. O que falta são as readequações necessárias para o período emergencial. Assim, podemos dizer que os aparatos tecnológicos para uso em aulas são importantes, mas não são eles que ditam como os professores têm que fazer, esse movimento é ao contrário.

Nessa temática, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR), a respeito do uso das tecnologias digitais nas unidades escolares do país, anunciou o resultado da pesquisa "TIC Educação 2018, na qual revela que 76% dos professores entrevistados haviam buscado diversas ferramentas tecnológicas e novas formas de utilizá-las, o que leva a crer que, a cada ano que passa, elas são mais usadas à serviço da educação, numa troca que, ao mesmo tempo, em que a utilizamos como ferramenta para o ensino, aprendemos com ela também (JUNIOR et al., 2019).

Há algum tempo, têm-se obtidos avanços na superação de alguns dos desafios da educação brasileira através da tecnologia, levando o ensino à regiões vulneráveis ou dispersas geograficamente, inclusive oferecendo um atendimento educacional mais personalizado, oferecendo diversos recursos digitais favorecendo a qualidade, proporcionando novas estratégias pedagógicas, disponibilizando e estendendo por mais tempo oportunidades de aprender, permitindo autonomia do aluno, aproximando a educação do universo tecnológico do educando do século XXI, preparando-o para o presente e futuro.

Vale ressaltar que o uso das TICs não substitui o docente, pressupondo que a tecnologia irá resolver todos os problemas, sem um planejamento e sem a mediação do docente, repensando estratégias pedagógicas, fazendo uso das mais diversas ferramentas, entendendo que não se trata de uma mera digitalização do processo presencial de ensino, uma vez que sabemos que a tecnologia não substitui o professor, antes, o empodera, como por exemplo, na eliminação de atividades repetitivas, permitindo que se dedique a atividades interativas e mais eficientes no processo de aprendizagem.

Outro aspecto que precisa ser considerado e trabalhado, é o fato de que nem tudo é benéfico ou bem utilizado no que diz respeito ao uso das ferramentas tecnológicas. Podemos discorrer sobre o uso inadequado da tecnologia na educação como por exemplo, a dispersão e principalmente a exclusão digital daqueles que não tem recursos para acessá-la, dentre outros problemas.

Quanto ao que compete ao Estado, é interessante averiguar quais políticas e investimentos de relevância, têm sido providenciados para garantir condições no desenvolvimento do Ensino Remoto, tanto para o professor quanto para o aluno, como por exemplo, equipamentos adequados, acesso a conectividade, estrutura escolar, curso de formação e capacitação ao professor.

Sobre a implementação do Ensino Remoto no Rio de Janeiro, a Frente Contra o Ensino Remoto/EaD na Educação Básica, escreve em seu manifesto *Implementação do 'ensino remoto' nas redes públicas de educação básica na pandemia* (2021):

Docentes e estudantes foram dormir, um dia, indo para a escola, e, no outro, acordaram em meio a um pesadelo sanitário, sendo obrigados a acessar uma plataforma digital à qual não haviam sido apresentados e sobre a qual nada puderam perguntar. Docentes estão sendo descaradamente expropriados do próprio trabalho e estudantes

escancaradamente excluídos de seu direito à educação, sem pudor nem responsabilização (AFONSO et al., 2021, p. 132).

A decisão por parte do Estado de implementar o Ensino Remoto Emergencial nas unidades escolares do país, afetou muitas famílias que não dispunham dos meios e condições para lidar com esta ação de intervenção. Como vimos anteriormente, é necessário equipamentos, conectividade e até treinamento para bons resultados na aprendizagem. Famílias estão tentando se adaptar mesmo diante das dificuldades econômicas, de acessibilidade, conectividade e manuseio das tecnologias envolvidas nesse sistema. Diante dessas dificuldades, os Estados, Municípios e localidades fazem o que podem num esforço de superação recorrendo à outras ferramentas, inclusive como o rádio e a televisão, dentre outros.

Um outro fator importante a se destacar toca na importância da mediação ou acompanhamento dos pais, esse apoio familiar é um dos elementos preponderantes para o sucesso do/a estudante nessa estratégia de ensino, visto que, quem primeiro recebe os comunicados e orientação para determinadas atividades, avaliação, uso de links entre outros, na maioria das vezes são os pais/responsáveis. O desafio não é pequeno e sobre isso, enfatiza Behar (2020):

Temos que nos superar, nos reinventar e nos ressignificar! Aprender a lidar com o novo, com o diferente, entender os benefícios de fazer um novo projeto, buscar a motivação para engajar nossos estudantes. Precisamos procurar nossas qualidades, coragem, criatividade, perspectiva, trabalho em equipe, pois estamos construindo juntos um "novo normal" que, após a pandemia, abrirá grandes possibilidades para uma "nova universidade" a caminho do ensino híbrido e mais livre da localização geográfica (BEHAR, 2020, p. 5).

A situação que a educação brasileira vive, requer um conjunto de ações planejadas e coordenadas entre Estado nos seus diversos níveis, atores e instituições educacionais, bem como a família e toda sociedade, num esforço para a superação dos desafios que a pandemia do Novo Coronavírus nos impôs e isso será decisivo para não retrocedermos nas conquistas que obtivemos nos últimos anos, de uma escola democrática, inclusiva, que garanta o acesso e a permanência numa educação de qualidade e transformadora.

2 A REALIDADE DO ENSINO REMOTO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO

No Amapá, a divulgação da suspensão das aulas foi decretada pelo governador do estado, a partir do dia 18 de março de 2020 como medida de prevenção contra o Novo Coronavírus, esses atos do executivo foram se estendendo ao longo do ano, enquanto o número de infectados ia se alastrando.

Ainda no mês de março daquele ano, a Secretaria de Estado de Educação, através da Nota Técnica 001-2020-NIOE-SEED-AP, deu início a orientação para implementação das atividades remotas em cada escola da rede estadual, reorganizando e flexibilizando o calendário escolar, com cumprimento das 800 horas na educação básica, definindo matrizes emergenciais, metodologias de ensino e critérios avaliativos para a promoção dos estudantes no ano letivo de 2020, com possibilidade de um continuum curricular em 2021.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Nelita Rocha Brito Dias é uma instituição de ensino situada na avenida Nilo Almeida, no bairro Congós, área periférica da cidade de Macapá, que segundo dados do IBGE (2010), é o quinto bairro mais populoso da cidade, com mais de 18 mil pessoas, onde aproximadamente 19% desses moradores vivem em área de ressaca. A escola atende, segundo fonte do Censo Escolar 2020-INEP, 699 crianças e, conforme o SAEB 2019-INEP, no quesito "aprendizado", apresentou desempenho de 46% em Língua Portuguesa e 32% em Matemática.

Para obter informações de como foi esse processo de implementação do Ensino Remoto na escola campo, aplicou-se uma entrevista semiestruturada com os dois profissionais da Coordenação Pedagógica que estiveram na linha de frente desse momento que se estabelecia na Educação amapaense.

Quanto a implementação do Ensino Remoto nesta escola, o processo foi conduzido pela gestão e liderado por um dos coordenadores pedagógicos da instituição que, em entrevista, relatou como se deu. Inicialmente, foi criado em reunião de planejamento entre gestão e coordenação, um plano de ação de retomada das aulas e, na sequência, entre os professores de cada segmento (do primeiro ao quinto ano) para que fossem informados sobre as determinações e demais providências a serem tomadas.

Vale ressaltar que antes mesmo dessa crise sanitária pela qual o Brasil tem passado, as condições de trabalho dos profissionais de Educação da rede pública já

era alvo de críticas e protestos. A respeito dessa realidade, Silva (2021) comenta que:

A situação dos docentes, em geral, e do precariado professoral, em particular, não difere de outras categorias que estão passando por privações econômicas severas neste momento da pandemia. E, se antes mesmo do isolamento social já estava em curso a precarização acentuada do trabalho dos professores, agora, durante a pandemia, isso se agrava fortemente (SILVA, 2021, p. 87).

O plano estabelecia que a escola entraria em contato com os pais ou responsáveis por ocasião da entrega do Kit Merenda em Casa, programa assistencial do Governo do Estado às famílias dos alunos das escolas, sugeria também, a atualização de cadastro com dados e números de telefone para que fosse criado grupos de *WhatsApp*, por meio dos quais seriam desenvolvidas as aulas dirigidas aos educandos.

Também fora determinado aos pais que não possuísem celulares compatíveis com a tecnologia necessária ou que não dispusessem de acesso à *internet* a elaboração, da parte dos professores da turma, de roteiros de estudos a partir de adaptações feitas aos livros didáticos ou aos cadernos de atividades. Tal iniciativa se colocara como uma alternativa metodológica de aproveitamento escolar, mediante frequência dos alunos, por meio de devolutivas impressas ou digitais. Para aqueles alunos que possuíam o aplicativo e acesso mediano à *internet*, foram disponibilizados imagens, arquivos em formato *PDF*, vídeos e *links* dos temas a serem trabalhados por cada ano em face do componente curricular.

A Secretaria de Educação disponibilizou um portal, o Sistema Integrado de Gestão da Educação-SIGEDUC, por instrumento do qual se daria o recebimento e envio de atividades. Contudo, tal mecanismo não teve adesão integral, sendo de maior utilização pelo ensino médio, por ser considerado “mais complicado”, segundo o entrevistado.

A SEED, através da escola, realizou uma pesquisa para traçar um perfil socioeconômico das famílias para saber de quais recursos dispunham, mas nunca deram retorno sobre o resultado dela para a comunidade escolar, a fim de que a própria escola pudesse lançar mão dos resultados da pesquisa para traçar estratégias metodológicas ou avaliasse o uso das intervenções de ensino até então utilizadas.

Inicialmente, nos primeiros meses de retomada das aulas, diante de muitas indefinições na utilização dos diários de classe virtuais no SIGEDUC no que se refere ao preenchimento da frequência dos alunos, registros de conteúdos e atribuições de notas, a coordenação, orientada pelos técnicos da SEED recomendou o uso de uma ficha de acompanhamento, onde o professor registraria o conteúdo, o número de visualizações e de devolutivas das atividades didáticas que seriam computadas e avaliadas periodicamente quanto ao índice de participação nas aulas remotas.

Ainda como uma medida paliativa para registro escolar pedagógico diário, a SEED lançou o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento da Educação (SAME), esse sistema se mostrou ainda mais problemático em virtude da complexidade do uso pelo professor que não tinha familiaridade e, também, pelos constantes problemas técnicos na importação de dados do SIGEDUC, entre outros. Por fim, acabou sendo abandonado e os diários de classe do SIGEDUC voltaram a ser utilizados no ano subsequente.

É interessante observar que, mesmo em face do esforço dos profissionais da educação da referida escola em planejar a retomada das aulas e implementar o Ensino Remoto, a Secretaria de Educação não oferecia o suporte mínimo necessário, nem dava encaminhamentos à contento sobre as dificuldades mencionadas, comprometendo assim o trabalho pedagógico. Saviani; Galvão (2021), neste contexto, afirmam que:

Mesmo considerando todos esses limites, redes de ensino estaduais e municipais, assim como diversas instituições públicas de ensino superior, lançaram mão do “ensino” remoto para cumprir o calendário escolar e o que se observou de maneira geral foi que as condições mínimas não foram preenchidas para a grande maioria dos alunos e também para uma parcela significativa dos professores, que, no mais das vezes, acabaram arcando com os custos e prejuízos de saúde física e mental decorrentes da intensificação e precarização do trabalho (SAVIANI; GALVÃO 2021, p. 38).

Frigotto (2021) complementa e faz análise semelhante quanto a falta de apoio por parte do Estado e das Secretarias de Educação:

Por sermos uma sociedade cuja classe burguesa optou por um projeto de capitalismo dependente, portanto, subordinado aos centros hegemônicos do capital, o investimento em ciência e educação de qualidade não são prioritários. A opção é pela cópia e por tomar, para a educação, as fórmulas das orientações dos organismos internacionais que defendem os grandes grupos e corporações do capital mundial (FRIGOTTO, 2021, p. 73-74).

Ao final do ano de 2020, ficou evidente para a Coordenação Pedagógica, através da computação das fichas de acompanhamento das aulas, que a participação dos/das alunos/alunas foi baixíssima e que, quando apurado o motivo disso junto aos pais/responsáveis, a não participação nas aulas estava relacionada ao fato dos estudantes não possuírem aparelho celular *smartphone*, acesso à internet, ou por não saberem como utilizar as tecnologias ou aplicativos. Notou-se também que o número de pais que optaram pelas atividades impressas e livro didático fora reduzido, tanto na entrega quanto nas devolutivas aos professores. Sobre esta realidade, novamente Saviani; Galvão (2021) discorrem no mesmo sentido:

Mesmo para funcionar como substituto, excepcional, transitório, emergencial, temporário etc., em que pesem as discordâncias que temos com o ensino não presencial, [...] determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes, também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 38).

Sem as mínimas condições prévias tanto da parte institucional, quanto da comunidade escolar, não é de se admirar dos resultados pouco exitosos desta estratégia de ensino. Mesmo os que puderam ter acesso e, em certa medida participar das atividades, há que se questionar sobre a qualidade e significância do que aprenderam.

O “ensino” remoto é empobrecido não apenas porque há uma “frieza” entre os participantes de uma atividade síncrona, dificultada pelas questões tecnológicas. Seu esvaziamento se expressa na impossibilidade de se realizar um trabalho pedagógico sério com o aprofundamento dos conteúdos de ensino, uma vez que essa modalidade não comporta aulas que se valham de diferentes formas de abordagem e que tenham professores e alunos com os mesmos espaços, tempos e compartilhamentos da educação presencial (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 42).

Uma constante observação durante este período pela coordenação pedagógica era o pouco engajamento da maioria dos pais ou responsáveis, havendo casos de alguns em que, durante este ano pandêmico, sequer compareceram à unidade escolar. “Alguns estão preocupados e ocupados em levantar sustento para as famílias e nesse momento talvez o acompanhamento da vida estudantil dos filhos não seja para eles uma prioridade”, relata o entrevistado.

É importante lembrar que o país viveu e vive em meio a uma recessão econômica, aumento do desemprego e do número da população que vive abaixo da linha da pobreza no Brasil, conforme apontado nos dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que se basearam nas pesquisas do IBGE, que revelam que 12,8% da população brasileira ficou abaixo da linha de pobreza extrema.

No que se refere a avaliação da aprendizagem, os professores relatavam aos coordenadores que ficava difícil verificar se os próprios alunos estavam fazendo e mesmo na avaliação diagnóstica classificatória realizada pela SEED nas escolas, os alunos acabaram levando para suas residências ocasionando a mesma incerteza. Baldes (2020) trabalha essa questão levantando alguns questionamentos neste sentido:

A grande pergunta é: como recuperar os conteúdos? Como avaliar os alunos se o ensino foi precário e muitos foram excluídos? Em tempos normais, a avaliação já é complicada; o que dizer de uma avaliação no contexto de pandemia? [...] Numa realidade de pandemia, é complicado falar em avaliar, pois não foram dadas as condições adequadas para que ela se efetivasse. Uma condição é a infraestrutura, a outra tem cunho pedagógico. Sabemos que os alunos da Educação Básica não tiveram acompanhamento presencial dos seus professores. Então fica a pergunta: o que fazer? Aprovação automática? Suspensão do ano letivo? Reprovação em massa? Fusão dos anos letivos e oferta dos instrumentos de recuperação dos conteúdos? Muitas dúvidas e poucas respostas. O ano de 2021, para a educação, é uma continuidade de 2020, com o desafio de avaliar mais pelo bom senso do que tecnicamente (BALDES, 2020, p. 4).

No que diz respeito a relação entre a coordenação pedagógica e os técnicos da SEED ficava sempre implícito em suas orientações uma grande carga de responsabilidade sobre a própria escola e os técnicos no sentido que eles deveriam somar todos os esforços em localizar pais e alunos, inseri-los nas aulas a todo custo, providenciar bons resultados mesmo diante de situações tão adversas, que por sua vez refletia nas cobranças sobre os professores e alunos. Frigotto (2021) pontua que:

A consequência mais grave é a perda da autonomia docente para cumprir sua função de ensinar e educar. Um controle ideológico, portanto, permanente e, com ele, a aplicação ao professorado da pedagogia da ameaça e do medo para que se enquadre no prescrito (FRIGOTTO, 2021, p. 74).

Cobranças por assiduidade dos alunos e participação, por diferentes planejamentos, de uma utilização adequada da tecnologia nesta ação pedagógica, dentro de aplicativos que, originalmente não foram concebidos para ministração de aulas como o *WhatsApp* e outras redes sociais e canais, além da comunicação com pais e alunos pedindo explicações fora do horário de aula estabelecido, tudo isso, segundo Frigotto (2021) fez “da sala de jantar a sala de aula [...] além de misturar o mundo privado da família ao que é dever do Estado”, causando uma sobrecarga de trabalho para o professor e resultados duvidosos quanto a real aprendizagem dos alunos.

Especificamente, para os alunos da escola Nelita Rocha Brito Dias o entrevistado afirma que o impacto do Ensino Remoto Emergencial implementado, ainda que entendido como única alternativa para o momento crítico vivido, não foi bom. A impossibilidade de participação por conta da falta de aparelhos celulares e/ou *internet* de qualidade, levou uma grande parte dos alunos a se encaixarem nos índices que figuram a exclusão digital escolar no país. Frigotto (2021) considera os efeitos da implementação desta ação de intervenção no ensino de maneira semelhante e aprofunda:

A consequência drástica se dará sobre os aproximadamente 85% de jovens de classe popular que frequentam a escola pública. Nega-se a eles um ensino de qualidade e o estímulo àquilo que deveriam ser educados: controle sobre o uso das tecnologias, convivência no espaço diverso da escola, debate olho a olho com colegas e professores. Mata-se a função educadora e política de socialização da escola. Mas, desde a escravidão, naturaliza-se, de formas diversas, a ideia de que é absurdo que o escravo e as filhas e os filhos da classe trabalhadora imaginem que tenham direito à igualdade educacional, mesmo que na lei se diga isso (FRIGOTTO, 2021, p. 74-75).

O Comitê Gestor da Internet do Brasil (CETIC) demonstrou que 70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet e 56% acessam por celular sendo que destes, 51% têm celular pré-pago (JUNIOR et al, 2019). Vale dizer aqui que Governo do Estado no ano de 2020 não disponibilizou internet gratuita para acesso dos estudantes. Mesmo para aqueles que possuíam *smartphones* e *internet* persistia a barreira do manuseio da tecnologia, motivo que afetava diretamente no aprendizado, levando também à evasão escolar.

A fim de corroborar esses relatos, a coordenação da escola pesquisada disponibilizou algumas fichas de registro dos professores em 2020, demonstrando o

índice de participação dos alunos ao longo do ano. Cobranças por assiduidade dos alunos e participação, por diferentes planejamentos, de uma utilização adequada da tecnologia nesta ação pedagógica, dentro de aplicativos que, originalmente não foram concebidos para ministração de aulas como o *WhatsApp* e outras redes sociais e canais, além da comunicação com pais e alunos pedindo explicações fora do horário de aula estabelecido, tudo isso, segundo Frigotto (2021), fez “da sala de jantar a sala de aula [...] além de misturar o mundo privado da família ao que é dever do Estado”, causando uma sobrecarga de trabalho para o professor e resultados duvidosos quanto a real aprendizagem dos alunos.

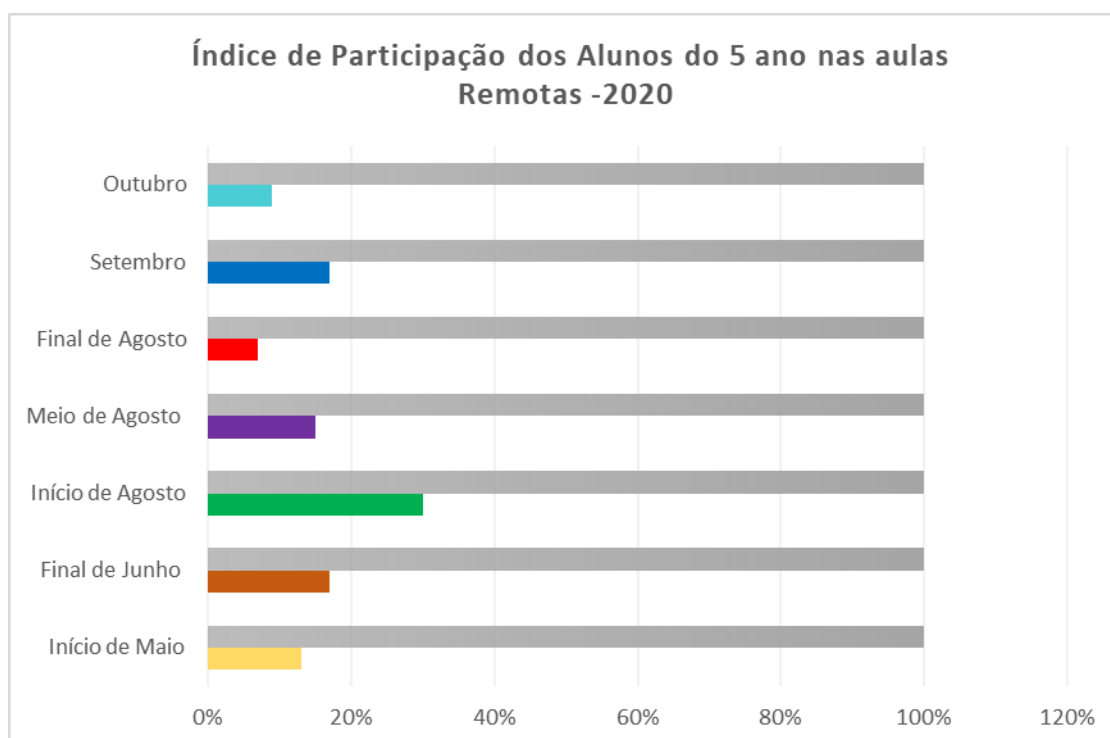
Especificamente, para os alunos da Escola Nelita Rocha Brito Dias o entrevistado afirma que o impacto do Ensino Remoto Emergencial implementado, ainda que entendido como única alternativa para o momento crítico vivido, não foi bom. A impossibilidade de participação por conta da falta de aparelhos celulares e/ou internet de qualidade, levou uma grande parte dos alunos a se encaixarem nos índices que figuram a exclusão digital escolar no país. Nesse sentido, Frigotto (2021) considera que os efeitos da implementação desta ação de intervenção no ensino de maneira semelhante, e aponta que

A consequência drástica se dará sobre os aproximadamente 85% de jovens de classe popular que frequentam a escola pública. Nega-se a eles um ensino de qualidade e o estímulo àquilo que deveriam ser educados: controle sobre o uso das tecnologias, convivência no espaço diverso da escola, debate olho a olho com colegas e professores. Mata-se a função educadora e política de socialização da escola. Mas, desde a escravidão, naturaliza-se, de formas diversas, a ideia de que é absurdo que o escravo e as filhas e os filhos da classe trabalhadora imaginem que tenham direito à igualdade educacional, mesmo que na lei se diga isso (FRIGOTTO, 2021, p. 74-75).

O Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cetic) demonstrou que 70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet e 56% acessam por celular sendo que destes, 51% têm celular pré-pago (JUNIOR et al., 2019). Vale dizer aqui que o Governo do Estado, no ano de 2020, não disponibilizou *internet* gratuita para acesso dos estudantes. Mesmo para aqueles que possuíam *smartphones* e *internet* ainda havia a barreira do manuseio da tecnologia o que afetava diretamente no aprendizado, levando também a evasão escolar. Para corroborar esses relatos, a coordenação da escola pesquisada disponibilizou algumas fichas de registro dos

professores em 2020, demonstrando o índice de participação dos alunos ao longo do ano.

Quadro 1: Acompanhamento de participação nas aulas



Fonte: EEEF Professora Nelita Rocha Brito Dias/ Coordenação Pedagógica, 2020.

Verificou-se que no início de maio, a participação dos alunos do 5º ano nas aulas era de 13%. No final de junho daquele ano houve um aumento para 17%. Após as férias escolares, o mês de agosto iniciou com 30% de participação dos alunos, na metade dele caiu para 15% e no final deste mesmo mês caiu para 7%.

A partir de setembro de 2020, houve uma nova orientação advinda da Secretaria de Educação para que o computo das participações fosse feito apenas com o índice geral de participação (incluindo todos os anos do ciclo) com índices iniciais de 17% neste mesmo mês, 18% em outubro, sendo que o dia 16 foi o último mês de registro pela coordenação pedagógica marcando 9%. Após isso, a SEED assumiu a função de registrar a participação sem, no entanto, dar retorno desses números à escola.

A falta de participação do aluno e a própria evasão escolar muitas vezes foi mascarada nesse processo, as dificuldades de aprendizagem que surgiram inclusive no próprio processo de alfabetização, que em alguns casos não foi consolidada, são algumas dessas consequências.

As avaliações diagnósticas feitas no final de 2020 e início de 2021 não puderam servir como indicadores de aprendizagem, uma vez que foram elaboradas para aplicação no modelo presencial, mas por conta dos riscos foram liberadas para ser levadas para casa, então, sem esse controle, acabaram-se tornando meramente burocráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos sobre a implementação do Ensino Remoto a partir do marco legal foi interessante saber sob quais parâmetros essa ação de intervenção pedagógica seria estabelecida e a partir daí, comparar com o modo como foi viabilizada e sob quais condições. Percebe-se que, não obstante a legislação produzida nesse período sempre mencionar o direito ao acesso e permanência à uma educação de qualidade, isso não se concretizou como se pode concluir sobre a escola investigada.

A pesquisa feita na Escola Estadual Professora Nelita Rocha Brito Dias, juntamente com a entrevista concedida pela coordenação, levaram-nos a refletir sobre essa realidade, de modo a avaliar um cenário falacioso e pressupor que nem todos durante o período pandêmico tinham igualdade de condições no acesso a quaisquer recursos pedagógicos, sendo a exclusão digital mais um passo para o desmonte da educação e de sua mercantilização pelos detentores do capital, bem como a própria exploração e dominação da classe trabalhadora da Educação, contexto que evidencia dinâmica que vai de encontro ao que se projeta para uma escola democrática e autônoma, assim esvaziando o ensino de significado e a capacidade crítica ao gosto do projeto capitalista.

O governo não conseguiu prover as mínimas condições no que concerne ao acesso à tecnologia, conectividade e treinamento para que, tanto alunos como professores, pudessem utilizar esta estratégia de ensino com aproveitamento. Tudo isso gerando uma exclusão escolar muito grande e problemas de aprendizagem no período de 2020, como pudemos observar na escola alvo da pesquisa, entre os alunos do 5º ano.

É interessante lembrar que, para além do que pensamos investigar inicialmente sobre o processo de implementação do Ensino Remoto nesta escola, ao observarmos, entrevistarmos, analisarmos dados sobre esse período, pudemos

perceber além do processo, outros atores envolvidos, o jogo de forças e interesses muito maiores que não estão ligados ao bem-estar do educando.

Como educadores comprometidos com formação e emancipação do indivíduo enquanto sujeito de sua própria história, é fundamental buscarmos sempre uma prática pedagógica que incentive o aluno a perceber o mundo a sua volta de maneira profunda e abrangente através da mediação que se pode proporcionar na relação entre o educando e o objeto do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AFONSO. C. et al (Orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2021, v. 2. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

ALGEBAILLE, E. et al. Prefácio. AFONSO. C. et al (Orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2021, v. 2, p. 22-30. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

AMAPÁ (Estado). **NOTA TÉCNICA 001/2020**, de 16 de dezembro de 2020. Orientações para ano letivo 2020-2021. NIOE-SEED, Macapá, AP, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://sigeduc.ap.gov.br/sigeduc/>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

AMAPÁ (Estado). **Resolução n. 033, de 03 de abril de 2020**. Estabelece reorganização dos calendários escolares e o regime especial de aulas e atividades não presenciais na escola, em caráter de excepcionalidade e temporalidade. Conselho Estadual de Educação, Macapá, AP, 03 abr. 2020. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/CEE_49210fb8b1ca81d50ec79b3e5ed7dc25.pdf. Acesso em: 25 de nov. 2021.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

BALDES, Márcio Andrade Lyrio. A pandemia da Covid-19 e os desafios de avaliar a aprendizagem. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 10, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/10/a-pandemia-da-covid-19-e-os-desafios-de-avaliar-a-aprendizagem>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Base ufrgs.br, Rio Grande do Sul, 6 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 13 de jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de ago. 2020, Seção 1, p. 4.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n. 11/2020**, de 7 de julho de 2020. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Conselho Nacional de Educação, Brasília, DF, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

CETIC. TIC Educação 2018: Cresce interesse dos professores sobre o uso das tecnologias em atividades educacionais. **CETIC**, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/noticia/tic-educacao-2018-cresce-interesse-dos-professores-sobre-o-uso-das-tecnologias-em-atividades-educacionais/>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Pandemia acentua pobreza e é tema de debate na FGV. **Portal FGV**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acentua-pobreza-e-e-tema-debate-fgv>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Entrevista com Gaudêncio Frigotto. In: AFONSO. C. et al (Orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2021, v. 2, p. 70-83. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Entrevista. In: Pandemia, Mercantilização da Educação e Resistências Populares. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 636-652, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/>. Acesso em: 30 de out. 2021.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Ensino Híbrido**: reflexões sobre a formação docente. São Paulo, 2021.

JUNIOR, A. et al (Orgs.). **TIC Educação, pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras – 2018**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216410120191105/tic_edu_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2021.

LOPES. P. O uso de tecnologias para educação de todas e todos. **Diversa.org.br**, São Paulo, 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/uso-de-tecnologias-para-educacao/>. Acesso em: 13 de jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Folha informativa sobre Covid-19. **Paho**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do ensino remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXXI, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: <https://www.docero.com.br/doc/s515nc8>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

SILVA, A. M. O precariado professoral em tempos de pandemia da Covid-19: a perda dos postos de trabalho e a eliminação de direitos. In: AFONSO, C. et al (Orgs.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2021, v. 2, p. 87-103. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

Sobre os autores

Nildo de Oliveira Soares

Graduado em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP
Contato: soares.nildo@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0066-8460>

Rafael Neves da Cruz

Graduado em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP
Contato: rafaelcash@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5596-0473>

Rosilene Soares Costa

Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP
Contato: rose.soares.ap@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9818-8649>

Gisele Paula Batista

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
Contato: giselegueds@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2596-5135>

Artigo recebido em: 29 de março de 2023.

Artigo aceito em: 26 de junho de 2023.